

Alexandre Garcia

Com o objetivo de desgastar o candidato à reeleição, a CPI corre o risco de desgastar ela própria a cada sessão espetacular

Vírus inocente

Este início de CPI não surpreendeu. Os senadores da comissão agiram como era esperado. E os depoentes, também. Muitas intenções, suposições e, ainda, sem revelações. Recebemos o já ouvido, já visto, já sabido. Como no Senado da Roma antiga, agitaram-se questionadores e catilinas e até catões a repetir delenda Bol-

sonaro, delenda Bolsonaro. Não fingem isenção e deixam claro o objetivo, conhecido por gregos e troianos, de enfraquecer o presidente para evitar reeleição. Depois dos interrogatórios, há entrevista para acertar a versão do acontecido, uma espécie de extensão do palanque.

A CPI se instalou por ordem de um

juiz do Supremo — o que, certamente, não teria acontecido se o presidente do Senado fosse Antônio Carlos Magalhães. O presidente Pacheco curvou-se e considerou dois requerimentos: o primeiro, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), com 31 assinaturas, e o do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), com 45 assinaturas. O das 31 assinaturas, tornou-se vice-presidente da comissão e seu objetivo de investigar o presidente prevalece sobre o do senador de 45 assinaturas, que é investigar o destino dos bi-

lhões federais aos estados e municípios.

Com isso, a CPI investiga o provedor dos recursos e não os executores dos gastos. O senador Girão citou em seu requerimento o fato de a Polícia Federal conduzir 61 investigações sobre fraudes diversas com dinheiro federal, mas isso não motivou, até agora, os inquisidores da comissão. Mesmo porque, nela há dois pais de governadores — um deles o próprio relator — e um ex-governador, com a família investigada em desvios da saúde — o próprio presidente da comissão.

As lideranças partidárias que indicaram os integrantes da CPI desafiaram a memória popular sobre a ficha dos inquisidores. A CPI ainda não se deu conta do que isso representa. Vai se expor por 90 dias. Com o objetivo de desgastar o candidato à reeleição, a CPI corre o risco de desgastar ela própria a cada sessão espetacular. Por enquanto, a inquisição pouco santa já condenou a cloroquina. O articulista gaúcho Percival Puggina previu, esta semana, que a CPI vai inocentar o vírus.

CPI da Covid vai ouvir, hoje, o depoimento do ex-secretário de Comunicação Social da Presidência, que culpa o ex-ministro Pazuello pelo atraso na vacinação contra a doença. Ele terá de explicar, também, a declaração de que atuou na compra do imunizante da Pfizer

Wajngarten entra em cena

» LUIZ CALCAGNO

No depoimento mais esperado da semana na CPI da Covid, Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência da República, será ouvido hoje pelos senadores. A expectativa é de alta tensão entre os parlamentares governistas e os independentes e de oposição. Entre os questionamentos a que terá de responder estão a declaração de que atuou na compra de vacinas da Pfizer e a acusação que fez sobre o Ministério da Saúde ser o responsável pelo atraso na compra de imunizantes contra o novo coronavírus.

Em entrevista à *Veja*, Wajngarten tentou desviar o foco da CPI sobre o presidente Jair Bolsonaro ao acusar o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello de ter orientado mal o chefe do Planalto no enfrentamento à crise sanitária. Foi o mandatário, no entanto, que, em outubro de 2020, obrigou o militar a cancelar o protocolo de compra da vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a chinesa Sinovac. Depois de desautorizado, Pazuello afirmou que “um manda e o outro, obedece”.

Um dos integrantes do colegiado, o senador Humberto Costa (PT-PE) disse estranhar que Wajngarten tenha intermediado as compras da vacina da Pfizer, tendo em vista o fato de o Ministério da Saúde ter técnicos e equipes preparados para isso. Nos bastidores, há quem fale em um lobby entre o secretário e executivos da empresa.

O próprio Wajngarten afirmou, na mesma entrevista, que

Pazuello não teria dado atenção ao oferecimento de imunizantes e que, por iniciativa própria, ele teria procurado Bolsonaro, recebendo autorização para adquirir a vacina. “É estranho um secretário de Comunicação assumir essa responsabilidade quando, na verdade, o Ministério da Saúde tem uma cultura de muito tempo de capacidade de fazer negociações internacionais, de comprar insumos”, destacou o petista.

De acordo com o parlamentar, “a nossa expectativa diz respeito a questionarmos a ausência de uma política de comunicação para o enfrentamento da pandemia, desde um primeiro momento”. “Vamos questionar se da Secretaria de Comunicação surgiram ações para atrapalhar o processo do isolamento social. Há informações de que houve financiamento de blogs e sites que divulgavam notícias falsas”, ressaltou. “E, com certeza, vamos ouvi-lo para saber o teor e o sentido das acusações de que o ministro da Saúde foi incompetente, desinteressado. Ele terceiriza a responsabilidade total de Bolsonaro para o ex-ministro Pazuello.”

O principal nome da tropa de choque do governo à frente da CPI, o líder do DEM no Senado, Marcos Rogério (RO), afirmou que a entrevista foi o que levou Wajngarten à CPI. “Ele deu uma declaração a uma revista de circulação nacional e, a partir dessa declaração, foi convocado. Ele vai ter oportunidade de vir à comissão e esclarecer a extensão daquelas declarações”, afirmou. “Não acredito que ele possa acrescentar muito do ponto de vista dos fatos. Ele não era gestor da pasta da Saúde. Era da Comunicação do palácio (do Pla-

Anderson Riedel/PR



O ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten tenta tirar a responsabilidade do chefe do Planalto em falhas no combate ao novo coronavírus

nalto). Se teve algum contato, vai trazer a leitura dele sobre os fatos. É um testemunho que não dá para fazer muita previsão”, avaliou.

O cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, destacou que o publicitário se adequou muito bem à estrutura bolsonarista de governo. Ele acredita que a entrevista será o norte dos questionamentos. “E o que tem a ver a Secretaria de Comunicação com compra de vacinas? Está muito mal explicada. Vai ser um teste. Ele usou uma

tática diversionista, para tirar o foco do presidente para Pazuello. Mas foi frágil. Então, vão explorar as contradições do discurso dele para pegar no pulo”, frisou.

Ainda segundo Pereira César, é possível que surjam novas informações sobre investimentos e gastos do governo. “Das oitavas até agora, essa de amanhã (hoje) é a mais delicada no sentido de que pode surgir mais coisa. Até mentiras em defesa do presidente. As relações com o Laboratório Pfizer podem ser exploradas.”



É estranho um secretário de Comunicação assumir essa responsabilidade quando, na verdade, o Ministério da Saúde tem uma cultura de muito tempo de capacidade de fazer negociações internacionais de comprar insumos”

Humberto Costa (PT-PE), senador

Tropa de choque quer devassa em estados

» AUGUSTO FERNANDES

Os senadores governistas que integram a CPI da Covid têm intensificado os pedidos para que o colegiado comece a apurar se houve irregularidades na administração de recursos da União repassados a estados e municípios para o enfrentamento da pandemia. Parlamentares que apoiam o Palácio do Planalto criticam o fato de o trabalho, até o momento, ter sido pautado apenas na investigação de eventuais omissões do presidente Jair Bolsonaro.

Um dos líderes desse movimento é o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Instruído pelo Executivo, o parlamentar apresentou requerimentos para que os governos das 27 unidades da Federação e dos municípios do país com população maior que 200 mil habitantes entreguem à CPI informações detalhadas de como foi aplicada a verba disponibilizada pelo governo para ações de combate ao novo coronavírus. As solicitações de Nogueira já foram aprovadas pelo colegiado, que aguarda o recebimento das notas fiscais.

Uma consultoria do Senado fez a análise dos requerimentos do senador do PP e alertou que eles representam “uma verdadeira devassa” em estados e municípios e caracterizam “ação abusiva, inconstitucional e ilegal da CPI” por extrapolarem os limites da atuação de um comitê parlamentar de inquérito. Em resposta, Ciro disse que o entendimento da consultoria deveria ser jogado em uma lata de lixo e destacou que não se pode classificar como abuso a tentativa de se escandalizar o desvio de recursos públicos.

O parlamentar reclamou que, por enquanto, a CPI se comporta como um palanque político para atacar Bolsonaro. Ele ainda ponderou que, caso não haja uma mudança nos rumos, com o foco

da comissão sendo direcionado, também, para o que estados e municípios fizeram com os recursos da União, o trabalho do colegiado perderá a credibilidade.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) dá respaldo aos pedidos de Ciro Nogueira. Não à toa, logo no início da sessão de ontem da CPI, que interrogou o diretor-presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, ele abriu questão de ordem para cobrar do presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), que o plenário da comissão inclua no plano de trabalho requerimentos para investigar os bilhões de reais enviados para governadores e prefeitos.

Além disso, Girão fez um pedido para que a CPI altere a ordem

de interrogados entre ex-integrantes do governo Bolsonaro e representantes das gestões estaduais e municipais.

Interrogatórios

O senador Marcos Rogério (DEM-RO), vice-líder do governo no Congresso, apresentou pedidos para que os governadores Wilson Lima (PSC-AM), Rui Costa (PT-BA), Hélder Barbalho (MDB-PA) e João Doria (PSDB-SP) sejam ouvidos pela comissão. Os requerimentos ainda não foram deliberados pelo plenário.

O senador reclamou que o colegiado está focando em temas que mancham a imagem de Bolsonaro e se esquecendo de apurar o “principal”. “Parece que estão tentando criar uma cortina de fumaça com relação à cloroquina e a esse decreto para esconder o que nos interessa investigar: o possível desvio de recursos públicos por estados e municípios, recursos que faltaram para estruturação da rede de saúde e que comprometeram o atendimento às pessoas”, criticou.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Nogueira: requerimentos para saber como entes federativos usaram verbas



Parece que estão tentando criar uma cortina de fumaça para esconder o que nos interessa investigar: o possível desvio de recursos públicos por estados e municípios”

Marcos Rogério (DEM-RO), senador